

Aconteceu

CEDI
Centro Ecumênico
de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98, fundos
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP

Jornalista Responsável:
Dermi Azevedo - Reg. Prof. nº 239 MtB

Editor do Aconteceu:
Jorge Luiz Carrera Jardineiro

Conselho Editorial:
Zwinglio Mota Dias
Rubem Alves
Aloísio Mercadante Oliva
José Oscar Beozzo
Jether Pereira Ramalho

Assinatura anual: Cr\$ 20.000 (Brasil),
US\$ 50.00 (América Latina),
US\$ 66.00 (América do Norte),
US\$ 75.00 (Europa, Ásia e África).
Envie junto com seu pedido um cheque
nominal ou vale postal para CEDI-RJ



FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA
DE 26 DE AGOSTO A 19 DE SETEMBRO DE 1985
Nº 323 - CIRCULAÇÃO INTERNA

KARDEX	(X)
TR. SEM	()
MERX	()
PREPARAÇÃO	()

POLITICA NACIONAL

MINISTRO GARANTE QUE NÃO HAVERÁ "AS CONCESSÕES"

O ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, disse ontem aos 25 bispos que integram o Conselho Permanente da CNBB, em Brasília, que o seu Ministério "não abrirá mão de executar o programa de reforma agrária", e, por isso, está atento em não fazer nenhum tipo de concessão que inviabilize a sua aplicação. O ministro reconheceu que "talvez" não seja possível conseguir um consenso quanto às diretrizes do programa, mas garantiu que "a grande massa de empresários rurais mostra-se favorável à realização da reforma agrária no País". É importante - afirmou - estarmos atentos para que a reforma agrária deixe de ser um ato, transformando-se em mais um discurso. (ESP - 29/8/85)

MINISTÉRIO REJEITA REFORMA AGRÁRIA DE EMPRESÁRIO X

O documento dos empresários rurais sobre política fundiária não foi aceito como substitutivo à proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária, intenção com a qual foi entregue ao Ministério do Desenvolvimento e Reforma Agrária. O texto, segundo apreciação do Ministério, não representa as expectativas dos vários segmentos da sociedade. A informação foi dada pelo Secretário Geral do Mirad, Simão Jatene, ao fazer o balanço dos quatro dias de reunião com representantes da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Organizações das Cooperativas Brasileiras (OCB), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Sociedade Rural Brasileira (SRB). Durante o encontro foram examinadas as sugestões para o texto definitivo do PNRA e superadas as dúvidas quanto à necessidade da reforma agrária, pois, segundo Jatene, "há o reconhecimento geral de que a estrutura fundiária, por suas distorções, demanda uma intervenção". (O GLOBO - 31/8/85)

CONSTITUINTE

CONGRESSO CONVIDA CUT PARA DEBATER CONSTITUIÇÃO

Cut ou Conclat? Esta polêmica polarizou as discussões da Comissão Mista do Congresso que divulgou a relação dos 16 nomes (oito juristas) convidados para expor e debater com os congressistas sugestões para nova Constituição. O relator, deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), relacionou o sindicalista Jair Menegheli (da CUT), como único representante dos trabalhadores. Os deputados João Gilberto (PMDB-RS) e Luís Henrique (PMDB-SC) lembraram que a Conclat, outra central sindical, não poderia ficar de fora, sugerindo um convite a Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinão. (JB - 28/8/85)

CUT REIVINDICA PARTICIPAÇÃO DE TRABALHADORES NA CONSTITUINTE

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) nada espera da comissão pré-constituente e não concorda com a sua criação. "Ela exclui a participação popular e limita o debate, que deveria ser estendido a toda a sociedade", afirma Jair Menegheli, presidente da entidade e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Tanto Menegheli quanto Miguel Rupp, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e também dirigente da CUT, defendem modificações no encaminhamento que o governo vem dando à matéria, para garantir maior participação popular na elaboração da nova Constituição. "Os próprios trabalhadores poderão forçar mudanças, pois há tempo para mobilização" - diz Menegheli, para quem a proposta do governo de transformar o Congresso a ser eleito em 86 em Constituinte, ao contrário da eleição de deputados com o objetivo específico de elaborar a nova Carta, defendida pela CUT, "é mais uma manobra no sentido de assegurar a preservação dos privilégios que os trabalhadores querem combater". (ESP - 1/9/85)

BARELLI SERÁ "CANAL", DECIDE DIEESE

Reunida ontem de manhã em São Paulo a direção nacional do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos (Dieese) decidiu que seu diretor técnico, o economista Walter Barelli, deverá participar da comissão constituinte, nomeada pelo presidente Sarney, "apenas como um canal para levar as sugestões e reivindicações dos trabalhadores e não como representante do movimento sindical", segundo afirmou o presidente do Dieese, Joel Alves de Oliveira, Joel, que também é presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, explicou que a decisão se deve ao fato de que o Dieese é um órgão técnico de assessoramento das entidades de trabalhadores e não tem delegação ou poderes para representar o movimento sindical, o que é feito pela CUT (Central Única dos Trabalhadores) e Conclat (Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras). Embora sejam de opinião de que a comissão nomeada por Sarney não deve elaborar nenhum anteprojeto de Constituição ("Se for para fazer isso o Dieese e o Barelli se retiram da comissão" - disse Joel) a direção do Dieese acha que ela deve ser integrada por pelo menos quatro representantes do sindicalismo urbano. (FSP - 28/8/85)

FORMA ESCOLHIDA DESAGRADA D. ALOÍSIO

O Arcebispo de Fortaleza, D. Aloísio Lorscheider, classificou ontem de elitista a forma como está sendo conduzida a questão da Assembleia Nacional Constituinte. "O Congresso acabará legislando em causa própria e os currais eleitorais continuam não funcionando para eleger os constituintes", disse. Dom Aloísio observou que a Igreja defende a representação de todos os movimentos populares na Constituinte,

que deveria ter um poder apenas temporal, sem qualquer interferência do Congresso. Depois de ressaltar que ainda se vive "numa ditadura de currais eleitorais", Dom Aloísio acrescentou que a formação da Comissão Pré-Constituinte e a eleição de constituintes com poderes também de congressistas representam "uma forma elitista que está dentro da nossa história, onde a oligarquia sempre quer impor seus pontos de vista". (O GLOBO - 28/8/85)

NÃO AO "CONGRESSO CONSTITUINTE"

O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná, Antenor Beni, também é contra a outorga de poderes constituintes aos parlamentares, na próxima legislatura: "Um trabalhador não se elege deputado e muito menos senador neste país sem a ajuda do poder econômico. E, se dermos ao Congresso poderes constituintes, não teremos uma Constituição que defenda os interesses dos trabalhadores, e, sim, algo alinhavado ao poder econômico. A Constituinte precisa ser democrática, livre, soberana, e os trabalhadores têm de ter assegurado o direito de indicar os seus candidatos através de candidaturas avulsas e independentes. Se não for assim, ficaremos patinando mais uma vez, sem avançar". (ESP - 1/9/85)

TRABALHADORES URBANOS

BANCÁRIOS APROVAM CAMPANHA PELA GREVE NACIONAL NO DIA 11

No encontro nacional dos bancários realizado ontem, em Campinas (SP), com a participação de mais de dez mil trabalhadores representando os 700 mil bancários do País, foi aprovada a proposta da deflagração da greve nacional no dia 11 de setembro próximo, caso os banqueiros não apresentem nova contraproposta para o reajuste salarial, cuja data-base é hoje. A decisão dos bancários será ainda referendada em assembleias gerais a serem realizadas em cada um dos 162 sindicatos do Brasil, no dia 19. O prazo dado pela categoria aos banqueiros é dia 9. No final do encontro, foi aprovada a proposta de que nenhum sindicato deve assinar acordo em separado com os banqueiros. As principais reivindicações da categoria são: incorporação do abono de 25% dado em agosto, 10% de produtividade, trimestralidade e estabilidade por um ano. (FSP - 1/9/85)

TRABALHADORES EM GREVE NA EMAQ (RJ)

Entra hoje em seu quarto dia a greve dos 2800 empregados do Estaleiro Emaq, na Ilha do Governador (RJ). A paralisação começou sexta-feira passada, quando a empresa não pagou o adiantamento de 40 por cento do salário. Para hoje está prevista assembleia às 13h, na porta do estaleiro. Um diretor da empresa informou ontem que o atraso nos salários deverá ser solucionado nos próximos dias e acrescentou que todos os problemas da Emaq estão vinculados ao Caso Sunamam. (O GLOBO - 28/8/85)

ACIDENTES DO TRABALHO VITIMARAM UM MILHÃO DE TRABALHADORES EM 84

Dos 25 milhões de trabalhadores ativos, cadastrados pelo Inamps em 1984, cerca de um milhão foram vítimas de acidentes do trabalho. Se for levado em conta que existem no País, cerca de 26 milhões de trabalhadores não segurados pela Previdência, esse número pode ser dobrado. A revelação foi feita ontem pelo subsecretário de Programas de Prevenção de Acidentes do Trabalho, Francisco Machado Silva, na

abertura da 1ª Semana Internacional de Legislação Comparada em Segurança do Trabalho, na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, que conta com a participação de representantes de vários países desenvolvidos. (FSP - 27/8/85)

ILEGAL A GREVE EM SERTÃOZINHO

O TRT de São Paulo julgou ontem ilegal a greve dos metalúrgicos da Indústria Tecomil S.A., de Sertãozinho, recomendando a volta imediata ao trabalho dos 180 funcionários que estão parados há duas semanas. Os juizes tomaram essa decisão por unanimidade, e consideraram improcedentes as reivindicações: aumento real no salário de 30%, estabilidade no emprego de 90 dias para os membros da comissão de greve e o pagamento dos dias parados. O diretor financeiro da empresa, João Caldin, assegurou que a Tecomil não pretende demitir em represália, "pelo menos a princípio". Ele não quis adiantar quais serão as "conseqüências graves" que deverão acontecer posteriormente. Por outro lado, o secretário do Sindicato dos Metalúrgicos de Ribeirão Preto (com área de atuação em Sertãozinho), Wagner de Carvalho, informou que a greve continuará, apesar de estar pressentindo alguns incidentes. "Já estamos distribuindo cestas de alimentos para ninguém passar fome e não vamos voltar de cabeça baixa e sem nenhuma conquista", garantiu. (ESP - 27/8/85)

VOLTA AO TRABALHO EM SERTÃOZINHO

Cento e oitenta operários da empresa Tecomil S.A., de Sertãozinho, decidiram ontem, em assembleia, aceitar a proposta da empresa de equiparar seus salários com os das demais indústrias do município, devendo voltar hoje ao trabalho. Os grevistas receberão metade dos dias parados e terão de pagar nove dias, que serão descontados em quatro parcelas nos salários de agosto a novembro. Ontem foi o dia mais tumultuado da greve, que durou 16 dias, quando mais de cem policiais do Batalhão de Choque da PM se postaram em todas as entradas da fábrica e impediram a formação de piquetes e a presença de dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos, que tiveram de ficar 200 metros distantes. (ESP - 28/8/85)

OPERÁRIOS VOLTAM ÀS ATIVIDADES EM SALVADOR

Os quatro mil empregados na Caraíba Metais retornaram ontem pela manhã ao trabalho, depois de sete dias de greve. Os empregados decidiram encerrar a greve como forma de evitar as demissões em massa, o que ocorreria se o movimento fosse considerado ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho. O Presidente da Caraíba, Raimundo Brito, afirma que, apesar da paralisação, não haverá prejuízo no suprimento de cobre para o mercado nacional. (O GLOBO - 31/8/85)

GREVE DOS PETROQUÍMICOS É JULGADA LEGAL NA BAHIA

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) julgou ontem legal a greve dos 16 mil trabalhadores do Polo Petroquímico de Camaçari, que entrou no seu quarto dia consecutivo e paralisa 25 indústrias da Região Metropolitana de Salvador. Por solicitação do Sindicato das Empresas Petroquímicas, o Tribunal julgou também o dissídio coletivo da categoria e garantiu a maioria das reivindicações dos trabalhadores. O Presidente do sindicato patronal, José de Sá Neto, anunciou que vai recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) com efeito suspensivo do julgamento do TRT, e poderá prolongar indefinidamente a greve dos petroquímicos. Acompanhando o voto do relator do processo, Desembargador Ilo Gurgel, nove dos onze Juizes do TRT julgaram legal a greve dos petroquímicos por entenderem que os empresários, ao suspenderem as negociações com o Sindiquímica, quebraram uma prática de convenção coletiva de trabalho, que vem sendo assinada há dez anos pelas duas partes. Das

duas principais reivindicações dos Trabalhadores, o Tribunal atendeu apenas uma: garantiu 80 por cento de adicional de turno, uma média entre os 88,5 por cento reivindicados pelo Sindquímica e os 76 por cento oferecidos pelos empresários. Foi negada, contudo, a estabilidade no emprego por ano. O TRT decidiu também pelo aumento de 100 por cento do INPC e 8 por cento de reposição salarial. (O GLOBO - 31/8/85)

TRABALHADORES RURAIS

TRABALHADORES RURAIS FAZEM MANIFESTAÇÃO PELA RUA EM RECIFE

De 40 ônibus chegados da Paraíba, mais de 2 mil lavradores de áreas em conflito naquele Estado desembarcaram ontem cedo nas ruas centrais de Recife e realizaram grande passeata até as 14 horas. Depois foram à Delegacia do Incra, para exigir a aplicação da reforma agrária nas propriedades onde trabalham há cerca de 30 anos. Durante as manifestações de rua houve alguns atritos com a Polícia, principalmente em relação ao trajeto, pois os agricultores queriam interditar ruas de maior trânsito e os PMS não permitiram. Alguns deles, exibindo enxadas foram convidados a recolher as ferramentas, mas não se intimidaram. Os trabalhadores rurais são de municípios do litoral paraibano. Em cinco municípios existem oito conflitos de terra, entre 514 famílias que disputam 9 mil hectares. Segundo dizem, o Incra já conhece o problema e prometeu uma solução desde o começo do ano, em contudo, resolver nada até agora. (O GLOBO - 28/8/85)

MS DESPEJAM 138 FAMÍLIAS EM FAZENDAS: PARANÁ E PERNAMBUCO

Com ordens judiciais, policiais militares despejaram ontem 47 famílias da fazenda rilhante, em Cascavel (PR), e 91 famílias da fazenda Caldeirão, no município de Igarapé (PE). Nos dois casos ocorreram violências. As 47 famílias da fazenda do Paraná ocupavam a terra há cinco dias e se recusaram a entrar nos caminhões enviados para transportá-los. Preferiram caminhar cerca de um quilômetro e improvisaram acampamento num terreno próximo a uma capela, na divisa da propriedade: "Vamos ficar aqui até que um milagre aconteça e o Governo reconheça nosso direito de posse sobre a fazenda", disse Virgínia Corrêa, seis filhos, que durante 10 anos cultivou seis alqueires na área de onde foi expulsa, ontem, pela segunda vez. (O GLOBO - 30/8/85)

LAVRADORES AGUARDAM SOLUÇÃO DO INCRA (RJ)

Depois de 10 dias acampadas no Largo de São Francisco, no Centro (RJ), as 30 famílias de lavradores expulsas da Fazenda Boa Esperança, em Nova Iguaçu, voltaram ontem para as terras de onde saíram. Um acordo com os proprietários da fazenda, mediado pela Secretaria Estadual de Justiça, permitirá que se instalem numa pequena área até que o INCRA encontre uma solução definitiva. O grupo deixou o Largo de São Francisco após reunião com o diretor-adjunto do INCRA, Agostinho Guerreiro, e espera resolver o problema em no máximo 50 dias. Enquanto isso, os lavradores repararão seus antigos barracos, comprometendo-se a não construir mais casas e não admitir novos invasores. Enquanto as últimas oito barracas de plástico e papelão eram desmontadas, por volta de meio-dia, Amaro Ferreira, um dos líderes dos lavradores, fazia o balanço do movimento: "Nosso acampamento deu o que tinha que dar. Os resultados foram positivos; quase uma vitória, e para isso tivemos o apoio da Uerj, Faferj, CUT e Pastoral da Terra. (JB - 29/8/85)

FM DESALOJA OCUPANTES DE TERRAS EM LONDRINA

Cinquenta policiais militares desalojaram ontem de manhã as quinze famílias de sem-terras que há doze dias ocupavam parte de uma área de 46 alqueires, em Londrina (PR). Os ocupantes resistiram e alguns acabaram feridos, entre os quais o presidente local do Partido dos Trabalhadores (PT). Durante a ação, diversas pessoas foram detidas. A ação de despejo foi requerida pela Cohab e determinada pelo juiz Ari Dorival Mazzer, da 7ª Vara Cível da cidade. Os policiais chegaram à área por volta das 7h e quinze minutos depois começaram a demolição dos barracos construídos pelos sem-terras. Os FMs procuravam colocar as pessoas dentro dos micro-ônibus trazidos para remoção das famílias. Houve resistência e, ao final do episódio, estavam feridas: Maria Giselda de Lima, do Movimento União dos Moradores das Favelas, teve seu braço quebrado, Antônio Correia estava com os dois olhos roxos, e Elso Santos, outro dos ocupantes, teve escoriações. (FSP - 29/8/85)

MANIFESTAÇÃO DOS SEM-TERRA EM CASCAVEL PELA RA

Mais de quatro mil agricultores sem terra, de várias regiões do Paraná, fizeram uma manifestação ontem no centro de Cascavel, oeste do Estado, exigindo a execução imediata do Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Federal. Participaram da manifestação Deputados Estaduais do PMDB e o ex-Secretário de Agricultura, Claus Germer (que pediu demissão há alguns dias por discordar do Plano de Reforma Agrária do Governo paranaense), além do Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli. (O GLOBO - 1/9/85)

CONTAG EXIGE SOLUÇÃO PARA CONFLITOS NO MA

A Confederação Nacional da Agricultura (Contag) e o Secretariado Regional Nordeste da Animação dos Cristãos no Meio Rural reivindicaram ontem a intervenção urgente do Governo Federal para solucionar conflitos de terra no Maranhão, que já provocaram, apenas este ano, o assassinato de nove trabalhadores e líderes sindicais. No texto entregue aos Ministros da Justiça, Fernando Lyra, e da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, as entidades pedem a apuração de responsabilidades e punição dos culpados de crimes praticados por fazendeiros. (O GLOBO - 31/8/85)

DENÚNCIA: ESCRAVOS EM MATO GROSSO DO SUL

"Vi um homem de calção e com os pés amarrados no meio do canal". Este depoimento do policial Manoel Castilho revela uma das cenas registradas na Destilaria Debrasa, de Brasilândia, em Mato Grosso do Sul. "Aquilo lá é um submundo", afirma o delegado do município, Luís Carlos Ferreira. E o ex-peão Cláudio Roberto Amabile completa: "Os que denunciam os maus-tratos são espancados e ameaçados de morte pelos seguranças da empresa". Todos precisam ficar calados, pois contra eles existe também a ira dos "gatos". Amabile abandonou a Debrasa com medo de morrer. Embora os diretores da destilaria tentem apresentar uma imagem diferente, as confissões mostram o contrário. Dois motoristas desobedientes tiveram vidros da cabina dos veículos atingidos por disparos de revólver, disse um trabalhador, pedindo para não ser identificado. Segundo ele, quem comanda as violências é o chefe dos guardas que a peãozada conhece por "Maringá" e prefere respeitá-lo. Os fatos apontados são antigos, o que se percebe através de acusações da Federação dos Trabalhadores na Agricultura em dezembro de 1983. Na época, os seguranças bateram tanto num rapaz que teria "saído fora do sério", que mais tarde seu corpo foi encontrado boiando nas águas de um rio próximo. Há poucos dias, seis peões da Debrasa conseguiram chegar a Presidente Epitácio, em São Paulo, onde relataram o regime de escravidão ao delegado Dirceu Urdiales. "Essa gente aparece aqui constantemente, como se estivesse fugindo do inferno", relatam funcionários da delegacia. (ESP - 31/8/85)

IGREJAS

IGREJA FAZ CARTILHA SOBRE A CONSTITUINTE PARA O POVO

A Igreja Católica vai elaborar cartilhas como subsídio para orientar o povo a respeito da Assembleia Nacional Constituinte, de uma forma didática e utilizando uma linguagem popular. O anúncio foi feito ontem pelo Presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, no encerramento da reunião do Conselho Permanente da entidade que reúne 25 bispos. Segundo Dom Ivo, a CNBB entende que ainda é importante criar o movimento de conscientização popular sobre a Constituinte e que, somente numa fase posterior, é que deve ser desencadeado um processo de discussão sobre os temas que deverão constar da nova Constituição. (O GLOBO - 31/8/85)

CNBB INTERCEDE POR LÍDER SINDICAL E DOIS PADRES AMEAÇADOS EM RONDÔNIA

A CNBB solicitou ontem audiência aos Ministros da Justiça, Fernando Lyra, e da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, para dois padres e o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cacoal (RO), que estão sendo ameaçados de morte por pistoleiros. Naquele município trabalhava o Padre Ezechielle Ramin, assassinado por pistoleiros numa emboscada, no mês passado, na Fazenda Catuva, em Aripuanã (MT), a dez quilômetros de Ji-Paraná (RO). Os padres José Cimianoto, italiano, e João Clark, inglês, são vigários de Cacoal. O Presidente do Sindicato, Adílio de Souza, estava com o Padre Ramin quando houve a emboscada, mas conseguiu fugir para a mata em meio aos tiros. Por ter sido a única testemunha do fato - embora não tenha visto o Padre cair morto -, está sendo constantemente ameaçado de morte. Segundo ele, os três vieram a Brasília para tentar pedir medidas de segurança ao Governo federal. Contou que esteve com o Governador de Rondônia, Ângelo Angelin, que não tomou nenhuma providência. Além disso, o processo que apura o assassinato, disse ele, "está parado na Justiça de Cuiabá (MT)". (O GLOBO - 28/8/85)

D. ALOÍSIO: "NINGUÉM QUER ROUBAR A TERRA"

O cardeal-arcebispo de Fortaleza, D. Aloísio Lorscheider, comentou ontem, em Brasília, as pressões contrárias ao plano nacional de reforma agrária, afirmando que "ninguém quer roubar terra dos outros mas, sim, conseguir a restituição do que perdeu". "Se a resistência à reforma agrária não for quebrada logo - acrescentou - será muito pior, pois a concentração do excedente populacional do campo nas grandes cidades está ficando insuportável. Vejo a hora em que vamos assistir a uma explosão de violência extremamente grave. A gente percebe que o nosso povo é muito paciente, mas essa postura pode acabar, porque tudo o que degrada o homem e a natureza um dia é vingado". (ESP - 28/8/85)

APOIO DA IGREJA

O arcebispo de Curitiba, dom Pedro Fedalto, que preside a comissão encarregada de discutir a reforma agrária na reunião do Conselho Permanente da entidade em Brasília, disse, ontem, que a igreja, em todo o País, deverá mobilizar-se em favor da reforma agrária. Nesse sentido, o Conselho Permanente deverá convocar os organismos regionais da entidade para que colaborem de forma concreta para a realização da reforma agrária. O bispo do Acre-Purus, dom Moacyr Grechi, ex-presidente da Comissão Pastoral da Terra, afirmou que os bispos estão estranhando a falta de apoio ao programa de reforma agrária. "Não somos ministros de Estado, ou mesmo governantes ligados ao PMDB defendendo o programa", disse, citando especificamente, os governadores de São Paulo, Franco Montoro, e do Paraná, José Richa. (FSP - 29/8/85)

ULTIMA PAGINA

EXM^os. SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

EXM^os. SRS. SENADORES

EXM^os. SRS. DEPUTADOS FEDERAIS

EXM^os. SRS. MEMBROS DA COMISSÃO MISTA DA CONSTITUINTE

A convocação da Assembléia Constituinte deve representar um corte definitivo com o antigo regime ditatorial e a abertura de um tempo novo em que todo povo brasileiro possa ter acesso a terra, emprego, riqueza, a participação e possa ver reconhecidos seus direitos e ganhar a possibilidade de dirigir como protagonista a política do país.

A mensagem do Presidente José Sarney ao Congresso Nacional convocando a Constituinte, é contrária à vontade popular, que exige:

1. Uma Assembléia especificamente eleita para elaborar a Constituição que termine seu mandato num prazo definido.
2. Que os Deputados Constituintes sejam eleitos diretamente pelo povo, em número proporcional à população de cada Estado.
3. Que os movimentos sindicais e populares que compõem a sociedade civil, possam apresentar candidatos próprios sem vinculação partidária.
4. Que os Candidatos Constituintes tenham acesso gratuito aos meios de comunicação social.
5. Que o povo organizado nos seus municípios e nas suas organizações de classe, apresente propostas e anteprojetos a serem discutidos pela Assembléia Nacional Constituinte.
6. Que a Constituição elaborada seja referendada diretamente pelo povo através de plebiscito.

A Comissão Pró-Constituinte de Parambu-Ceará, convida deputados, senadores, as forças políticas e sociais a apoiarem essas reivindicações.

Parambu-CE, 16 de agosto de 1985.

Representantes dos Trabalhadores Rurais.